

## APRESENTAÇÃO

### DOSSIÊ: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação docente está na ordem do dia das ações e reflexões do movimento educacional e das preocupações institucionais inerentes ao tema. A presente edição, organizada sob o Dossiê temático Formação de Professores, contribui certamente para ampliar tal discussão, socializando novos aportes fundamentais para a educação dos professores brasileiros. A Revista PerCursos, publicação semestral *on-line* do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), ao propor o presente dossiê, que recebeu colaborações de textos inéditos de pesquisadores brasileiros e de outras nacionalidades, mostra-se sensível a esta questão.

Sabemos que a valorização do professor, tão cantada em prosa e verso, depende não apenas, mas também, de uma formação cada vez mais aprimorada pela profundidade dos estudos e por um processo de formação permanente. Por ser um profissional que por sua vez também trabalha com a formação de crianças, jovens e adultos, e que tem como principal conteúdo de seu trabalho o conhecimento, a qualidade da sua tarefa está sempre na ordem do dia.

A construção de uma escola pública de qualidade, aspiração de todos nós, demanda profissionais de **qualidade**, isto é, com sólida formação intelectual, política, cultural e pedagógica. Sabemos, porém, e fazemos questão de ressaltar, que também são necessárias para essa construção, condições adequadas para a realização do trabalho docente, tais como apropriada infraestrutura física e material da instituição escolar; tamanho de turmas e relação professor-aluno nos termos do Parecer CEB/CNE N. 9/2009; garantia de remuneração compatível com a formação e atuação profissional; carreira do magistério que valorize o trabalho coletivo, a participação docente na construção e efetivação do projeto pedagógico da escola, a permanência e dedicação preferencialmente em uma única unidade escolar, com jornada de trabalho que, além das atividades de interação com os educandos, inclua também aquelas relativas ao estudo, planejamento e avaliação; garantia de formação permanente como direito fundamental da profissão docente, que se realiza tanto em cursos (de atualização,

aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) quanto em momentos de discussão e reflexão coletivas construídas na dinâmica dos processos de trabalho na escola.

O panorama atual revela que é de se esperar que mais e maiores cobranças recaiam sobre os professores, exigindo -lhes uma compreensão ampliada do mundo, do trabalho, da ciência, da cultura. A educação pouco pode avançar se o professor não tiver este perfil de pessoa com uma compreensão geral para além dos conhecimentos específicos da sua área de trabalho. Profissionais cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados são exigências do trabalho docente que se complexifica e requer do professor a consciência do seu papel de intelectual no **sentido** que lhe deu Antonio Gramsci no seu conhecido livro “Os intelectuais e a organização da cultura”. A partir das reflexões deste autor destaca-se o papel do professor na construção de um processo educativo emancipador, questionador da realidade para transformá-la.

No momento desta edição da Revista PerCursos, está em pauta a proposta de um Plano Nacional de Educação (PL n. 8.035, de 2010) para o decênio 2011- 2120. A proposta apresentada pelo Ministério da Educação ao Congresso Nacional encontra-se em discussão e brevemente estará em votação. Nossas entidades educacionais estão atentas à discussão e apresentaram emendas que possam, na medida do possível, melhorar as condições de formação dos profissionais da educação. As recentes deliberações da CONAE – Conferência Nacional de Educação, que no ano de 2010 reuniu os educadores de todo o país com a intenção de construir um Sistema Nacional Articulado de Educação, estão na base das metas e estratégias apresentadas na proposta do plano. Tais deliberações indicam, marcadamente no seu Eixo IV, denominado Formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação, forte apelo à melhoria da formação docente, inicial e continuada, para que o país possa contar com profissionais dotados de espírito científico, criativos, com competência técnica, atitude ética e com posicionamento político autônomo.

A trajetória da formação docente no Brasil, marcada por uma concepção empirista na qual bastava que o professor dominasse o conteúdo a ser ensinado, restringia-se inicialmente a uma concepção de formação baseada na observação dos mestres mais experientes. A busca por fundamentos científicos para esta formação e de uma qualificação formal foi se constituindo à medida que a educação passou a ser entendida como função pública, portanto como problema nacional e governamental. O estabelecimento da República no país foi um marco para esta compreensão que envolve a formação do professor como estratégica para a construção do projeto nacional em desenvolvimento.

Destaque-se, no entanto, que o entendimento da escola como instância social que tem como tarefa a organização do pensamento de novas gerações, fundamento do exercício da cidadania e da ação consciente na consecução de um projeto de sociedade, segundo Silke Weber, em a "Profissionalização Docente e Políticas Públicas no Brasil", é sutilmente manejado no interior das lutas hegemônicas entre as classes fundamentais da sociedade capitalista. A construção de um plano nacional, sem que se tenha ainda no país, efetivamente e formalmente, um sistema nacional de educação e, como consequência, um sistema nacional de formação dos profissionais da educação, coloca-nos o desafio da análise cuidadosa e atenta das mudanças e ações que precisam ser consideradas para o futuro da formação.

Cabe avaliar hoje cada ação prevista na proposta do plano, no sentido do seu potencial para as necessárias melhorias. As atuais mudanças curriculares nos cursos de formação de professores fazem parte do processo de reforma educacional dos anos de 1990, inseridas num amplo movimento de reformas, no qual o embate entre concepções diversas de mundo e de educação está sempre presente. A urgência da situação exige, no entanto, além de iniciativas pontuais, a construção de um sistema nacional de formação de professores. A inserção da juventude na profissão do magistério, oferecendo-lhe oportunidades e condições de formação é um aspecto que merece particular atenção, ao lado da construção de políticas de fixação dos professores nas escolas, com jornada de trabalho que permita seu desenvolvimento profissional.

Cabe certamente às universidades públicas, em atuação articulada com as demais instituições de ensino superior, sistemas de ensino e fóruns institucionais, integrar diferentes áreas, unidades e instâncias e superar efetivamente os tradicionais antagonismos presentes nas estruturas curriculares e institucionais. Há necessidade de investimento massivo na formação de licenciados, compondo licenciaturas integradas e novos desenhos curriculares, fortalecendo especialmente a formação de professores alfabetizadores. Destaca-se ainda a importância de estabelecer programas de avaliação, supervisão e acompanhamento das licenciaturas e demais programas de formação para atender tanto a uma qualificação básica quanto a uma formação específica, que possibilite o aprofundamento no conhecimento que é objeto de trabalho dos educadores.

O que vamos encontrar nos artigos aqui apresentados reforça o entendimento de que a formação de professores é também um problema político: é atravessada pela concepção de sociedade e de seu projeto de futuro. Por isso, é preciso destacar que os currículos de formação dos docentes passam por definições nas quais os projetos societários estão presentes de alguma forma, e, portanto, concepções em disputa atravessam os projetos de formação.

Como encarar nos projetos de formação dos nossos quadros docentes os novos quadros teóricos, os novos aportes do desenvolvimento científico, os novos equacionamentos dos tempos e dos espaços que requer a virtualidade frente à prática pedagógica?

Há que apostar, portanto, em processos formativos de docentes cada vez mais inseridos nas novas exigências da atualidade, sem deixar de levar em conta, ao lado da preparação técnica e conteudista dos professores, as necessidades de mudança social, a perspectiva da inclusão escolar, do direito à educação, das necessidades coletivas sobrepondo-se ao individualismo, da multidisciplinaridade, aspectos tão bem acentuados por nossos autores. A promoção do crescimento profissional do professor, no entanto, embora incorpore um processo de avaliação constante, não pode tomar como parâmetro apenas o desempenho dos alunos em testes específicos cada vez mais e insistentemente acionados pelas políticas educacionais. Tal insistência avaliativa no sentido da responsabilização do professor pelos resultados da aprendizagem dos alunos, e sua culpabilização por fatores em geral relacionados, sobretudo, com a falta de condições educacionais, pode representar sério equívoco. É necessário rever a ascensão da avaliação de resultados e fazer da avaliação um elemento da formação humana e não da exclusão (segregação das camadas mais pobres em guetos escolares, desestruturação profissional do magistério, ansiedade dos atores educacionais, ranqueamento das escolas entre outras consequências).

Ações de diversas naturezas podem e devem ser realizadas para enfrentar os desafios do trabalho cotidiano dos professores. Professores são pessoas com idéias, com experiências, com imaginação, com ideais. Mas, principalmente, são uma categoria profissional, o que exige deles/delas ações integradas. Seja na escola, no sindicato ou em outras associações vinculadas ao trabalho docente. Organizar movimentos de solidariedade para com as necessidades coletivas; formar equipes multidisciplinares nas escolas para ampliar o seu olhar; construir com os outros profissionais da educação, no sindicato dos professores, instrumento de avaliação dos professores; socializar bons planos de aula na internet; lutar para ampliar o tempo de convivência na escola e por mais tempo para planejar suas atividades; incorporar ao seu trabalho novas tecnologias da comunicação, tudo isso requer mudanças.

Assim, consideramos que a pesquisa e a discussão no campo da formação de professores, a partir de diferentes referenciais teóricos, contribuirão para problematizar as questões que têm configurado a formação deste profissional. As análises sobre as contradições que caracterizam a formação de professores realizada por diferentes pesquisadores que colaboraram com a proposta da Revista resultaram num quadro plural e crítico sobre a temática.

Abrimos esta edição temática da *Revista PerCursos*, com o texto de Lúcia Amante. Ela apresenta a experiência de formação de professores na modalidade à distância desenvolvida a partir dos anos 1990 na Universidade Aberta de Portugal, apontando sua evolução e forma de concretização. A seguir, encontra-se a produção apresentada por Florence Cesbron. A autora, interrogando-se sobre as abordagens do *métier* dos professores ligadas às imigrações na França, coloca a necessidade de analisar os conteúdos da formação profissional inicial para compreender a parte que esta ocupa no processo cultural de incorporação profissional. Já o artigo de Maria Isabel da Cunha, em parceria com Ancila Dall'Onder Zat, Gisele Palma, Luciana Backes, e Maisa Beltrame, desenvolve uma reflexão a partir de questões suscitadas em estudo realizado numa escola municipal pública do sul do Brasil, colocando os desafios impostos aos professores pelas políticas de inclusão. Tais elementos analíticos remetem à construção de projetos pedagógicos inclusivos e às necessidades de formação.

Na sequência de artigos do Dossiê, Karina de Araújo Dias lança questões desafiadoras à formação de professores para a diversidade étnico-racial, com as análises dirigidas ao movimento de formação continuada dos profissionais que integram a Rede Municipal de Ensino (RME) de Florianópolis. Na linha de abordagens sobre diversidade étnica e racial, também situamos o artigo do Professor Ailton Salgado Rosendo, que se volta para educação dos índios, trazendo ao debate a proposta de formação de professores da etnia Guarani e Kaiowá oferecida pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no Curso Normal Superior Indígena.

Leonete Luzia Schmidt, ao estudar o impacto da política do ensino fundamental de nove anos em escolas públicas de Santa Catarina, utiliza dados de cursos de formação continuada, ministrados aos professores das escolas públicas, para examinar as principais demandas educativas relacionadas ao trabalho docente, com vistas à obrigatoriedade de matrícula de crianças aos seis anos de idade.

Altino José Martins Filho, juntamente com Lourival José Martins Filho, baseando-se em pesquisa teórica à luz de Duarte (1996; 2001), Arce (2001) e Saviani (1985), discute a produção de conhecimentos sobre a formação de professores, confluindo para uma análise relacionada à prática docente na educação infantil.

Rosa Maria Bueno Fischer trata do tema da formação ético-estética de estudantes de Pedagogia por meio do cinema. No seu texto, discute dados de uma pesquisa realizada com estudantes de cursos de Pedagogia da Grande Porto Alegre, focando suas experiências com o

uso de narrativas fílmicas e com suas concepções a respeito das relações entre imagem, ficção e realidade.

Ainda nesta seção de artigos, Ticiane Bombassaro trata da formação de professores para a disciplina de educação física em Santa Catarina (1930-1940). A autora demonstra que a formação de professores para esta disciplina no Estado catarinense foi objeto de atenção dos intelectuais do Departamento de Educação a partir dos anos de 1930.

Temos ainda nesta seção Dossiê duas importantes resenhas sobre modalidades de formação docente. A resenha elaborada por Ana Regina Ferreira de Barcelos e Marilândes Mól Ribeiro de Melo destaca os conteúdos do livro organizado por Araújo, J. C. S.; Freitas, A. G. B. e Lopez, A. P. C. A obra reúne vinte dois artigos de renomados pesquisadores, que analisam a criação e consolidação das Escolas Normais ao longo do século XIX e início do século XX. Juliete Schneider e Leda Scheibe resenham o artigo de Denise Vaillant, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, sobre iniciativas inovadoras de formação de professores em vários países do mundo ocidental.

Há certamente singularidades nas discussões que os autores trazem nos seus artigos aqui publicados. Mas também está presente em todos eles o desejo de mudança, de aprimoramento, de realização de leituras polissêmicas e de construção de outras histórias. Neste sentido, acreditamos que, ao reunir nesta publicação autores com diversas formações e temáticas, ampliamos os canais de interlocução tão necessários para a construção de um projeto coletivo de formação docente comprometido com as necessidades sociais da educação. Agradecemos aos autores e a todos que colaboraram com este número da Revista e esperamos que as reflexões aqui apresentadas nos ajudem na formulação de novas perguntas.

Florianópolis, junho de 2011.

Zenir Maria Koch – UDESC  
Leda Scheibe – UFSC e UNOESC  
Gisele Masson – UEPG